

QUALIDADE AMBIENTAL E ZONA COSTEIRA: DINÂMICA TERCIÁRIA E IMPACTOS AMBIENTAIS NO LITORAL DE AREIA BRANCA, RN

Erika Barboza de Souza¹

Silvana Praxedes de Paiva Gurgel²

Jean Henrique Costa³

RESUMO

O município de Areia Branca-RN, cidade que tenta minimamente explorar, pelo turismo, sua área litorânea composta por atrativos naturais, tem sido alvo de políticas que visam transformá-la em destino turístico da região da Costa Branca potiguar. Tendo em vista a atual pretensão dos poderes público e privado em tornar Areia Branca-RN um dos destinos turísticos da região, e os reais impactos ambientais que esta atividade tende a provocar, surgiu o problema que norteou esta pesquisa: quais impactos ambientais, decorrentes da oferta de serviços de hospedagem e alimentação, podem ser observados ao longo do litoral areia-branquense? Metodologicamente, o estudo foi realizado a partir de pesquisa bibliográfica, documental e de campo. A pesquisa de campo se deu através da aplicação de questionários com 32 empresários do setor terciário da orla de Areia Branca. Também foi realizado levantamento e descrição das atividades turísticas ao longo da orla, através de um check list dos impactos ambientais observados *in loco*. Por fim, foi realizada entrevista com o poder público local. Como resultados, percebeu-se que, apesar de a atividade turística ser ainda limitada, amadora e incipiente neste recorte espacial, já podem ser observados certos tipos de danos ao meio ambiente, principalmente decorrentes de construções irregulares, problemas de esgotamento e má gestão dos resíduos sólidos. Tais impactos ainda são menores, em termos quantitativos, se comparados às dinâmicas de destinos turísticos consolidados; todavia, já demonstram a inadequação ambiental vigente na orla de Areia Branca, a pouca efetividade do poder público em fiscalizar a área e, o mais importante, revela uma lógica da produção do espaço pouco atenta aos princípios básicos de um turismo competitivo em termos de qualidade ambiental.

Palavras-chave: zona costeira; litoral; serviços; turismo; impactos ambientais.

¹ Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – PPGGEO/UERN. Especialista em Gestão de Recursos Humanos pela Faculdade de Desenvolvimento e Integração Regional – FADIRE. Graduada em Turismo pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN. Graduanda em Direito pela Universidade Potiguar – Unp. E-mail: erikamsn@hotmail.com

² Geógrafa, Geomorfóloga, Doutora em Geodinâmica PPGG/UFRN; Grupos: NEGECART, GET; Professora Mestrado em Geografia UERN e Curso de Turismo UERN/CAN. E-mail: silvanapraxedes22@gmail.com

³ Sociólogo, Mestre em Geografia e Dr. em Ciências Sociais. Professor do Departamento de Turismo (UERN) e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Humanas (PPGCISH/UERN). E-mail: prof.jeanhenriquecosta@gmail.com

1 Introdução

Na zona costeira do Nordeste brasileiro, a atividade turística tem sido um dos setores produtivos que mais cresce na atualidade, revelando, em muitos municípios litorâneos, uma forte velocidade de instalação. Com a implantação da atividade turística em algumas localidades, atribuindo-a importante fator de desenvolvimento regional, estão sendo criadas políticas cujo intuito é alavancar este setor em busca de melhorias na qualidade de vida das populações residentes. Estas políticas contemplam localidades consideradas “potencialmente” turísticas, por possuírem atrativos naturais e/ou culturais, e são concebidas pelos governos federal, estadual e municipal para financiar a construção de infraestrutura turística e incentivar investimentos da iniciativa privada para implantação de equipamentos turísticos.

No Nordeste brasileiro o turismo vem se destacando desde os anos de 1990, com a implantação do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR/NE). Este é um programa de crédito para o setor público (Estados e Municípios) arquitetado tanto para criar condições favoráveis à expansão e melhoria da qualidade da atividade turística na Região Nordeste, quanto para melhorar a qualidade de vida das populações residentes nas áreas beneficiadas por meio do investimento em infraestrutura e qualificação profissional (Mtur, 2017).

No âmbito nacional, a criação do Ministério do Turismo (MTUR) possibilitou o surgimento de novas políticas para desenvolver o turismo nas regiões interioranas. Dentre estas destaca-se o Programa de Regionalização do Turismo (PRT), que visa transformar a ação centrada na unidade municipal em uma política pública voltada para resultados regionais, por meio de planejamentos que buscam preparar os municípios integrantes de cada região para, conjuntamente, coordenarem seus esforços e tornarem-se mais competitivos, garantindo melhores resultados nas suas ações para o desenvolvimento turístico local e regional (Mtur, 2017). Como exemplo desses programas, foram instituídos, no Rio Grande do Norte, cinco polos de desenvolvimento turístico: Polo Costa das Dunas, Polo Seridó, Polo Serrano, Polo Agreste-Trairí e o Polo Costa Branca, abrangendo um total de 65 municípios. Os projetos elaborados para esses polos visam implantar o turismo regional em prol da melhoria do quadro socioeconômico existente. No “Polo Costa Branca” estão inseridos, atualmente, 10 municípios (do qual Areia Branca faz parte) do litoral da Costa Branca – localizada no extremo litoral norte do Rio Grande do Norte, na zona oeste do Estado – e tem como objetivo implantar e desenvolver o turismo no litoral através de obras e ações que possam dotar os municípios inseridos de infraestrutura necessária à atração de novos empreendimentos para o setor.

Diante disso, é preciso compreender, do ponto de vista da produção do espaço turístico, como o crescimento desta atividade poderá desencadear repercussões sócioespaciais no território areia-branquense. Destarte, este estudo objetiva identificar de que forma as atividades terciárias atualmente existentes no litoral de Areia Branca desencadeiam impactos ambientais ao longo da faixa costeira do município, decorrentes da oferta de serviços turísticos na orla (serviços de hospedagem e alimentação). Espera-

se identificar e mapear os impactos ambientais mais visíveis que a incipiente atividade turística já vem desencadeando na faixa litorânea do município de Areia Branca/RN.

De acordo com os estudos de Azevedo et al. (2012), através de um trabalho exploratório realizado em duas importantes praias da cidade de Areia Branca/RN (Praias de Baixa Grande e Morro Pintado), já pode-se observar, antes mesmo da presença de uma acentuada demanda turística, impactos ambientais ocasionados pelo funcionamento de pequenos empreendimentos turísticos (meios de hospedagens, bares, restaurantes, etc.). Essas alterações ambientais observadas, decorrentes da incipiente atividade turística no local, justificam a preocupação com o tema, uma vez que as consequências da falta de planejamento da atividade afetam, além da dimensão ecológica da sustentabilidade, a dimensão econômica, inviabilizando, assim, a sua continuidade. Dessa forma, a presente pesquisa busca aprofundar o referido estudo, ampliando a área de conhecimento e contemplando a totalidade do litoral areia-branquense.

Assim, buscou-se analisar como a valorização dos espaços litorâneos para o desenvolvimento desta atividade desencadeia impactos ambientais nas localidades onde se desenvolve o turismo. A questão que norteou esta pesquisa foi: quais impactos ambientais podem ser observados, decorrentes da produção do espaço destinado a oferta de serviços de hospedagem e alimentação, ao longo do litoral areia-branquense? (O litoral areia-branquense é composto por um total de seis praias: Praias de Upanema, Baixa Grande, Morro Pintado, Redonda, São Cristóvão e Ponta do Mel).

Este estudo se justificou na possibilidade de incentivar o poder público competente, os empresários e a população residente a uma reflexão sobre a implantação da atividade turística na cidade de Areia Branca/RN, para pensar o processo de produção dos espaços turísticos e os potenciais impactos positivos e negativos que esta atividade poderá ocasionar nas diversas áreas em que atua, principalmente na área ambiental, observando as possíveis consequências que um turismo de massa poderá trazer para sociedade local e o meio ambiente.

2 A produção do terciário turístico na faixa de praia na cidade de Areia Branca/RN

Efetivamente, o turismo no território potiguar se concentra no denominado Polo Costa das Dunas (que compreende boa parte da região metropolitana de Natal) e, afunilando ainda mais sua luminosidade espacial (Santos, 2006), existe racionalmente na cidade de Natal e em algumas praias vizinhas, além de Tibau do Sul (e seu destino Praia de Pipa). Para Santos (2006), há territórios que acumulam densidade técnica e informação e, por isso, tornam-se mais capazes de atrair atividades econômicas modernas atreladas a fluxos de capitais e tecnologias. Segundo o autor, tratam-se de espaços luminosos (os espaços contrários seriam os espaços opacos.). O turismo potiguar, parafraseando este conceito miltoniano de espaço luminoso, pode ser considerado detentor desta densidade técnica e informacional basicamente no turismo natalense e em sua zona de expansão econômica, tendo em vista que congrega os maiores fluxos de capitais internacionais do terciário turístico norte-rio-grandense. Areia Branca seria, então, um espaço opaco do ponto de vista da modernidade da economia turística.

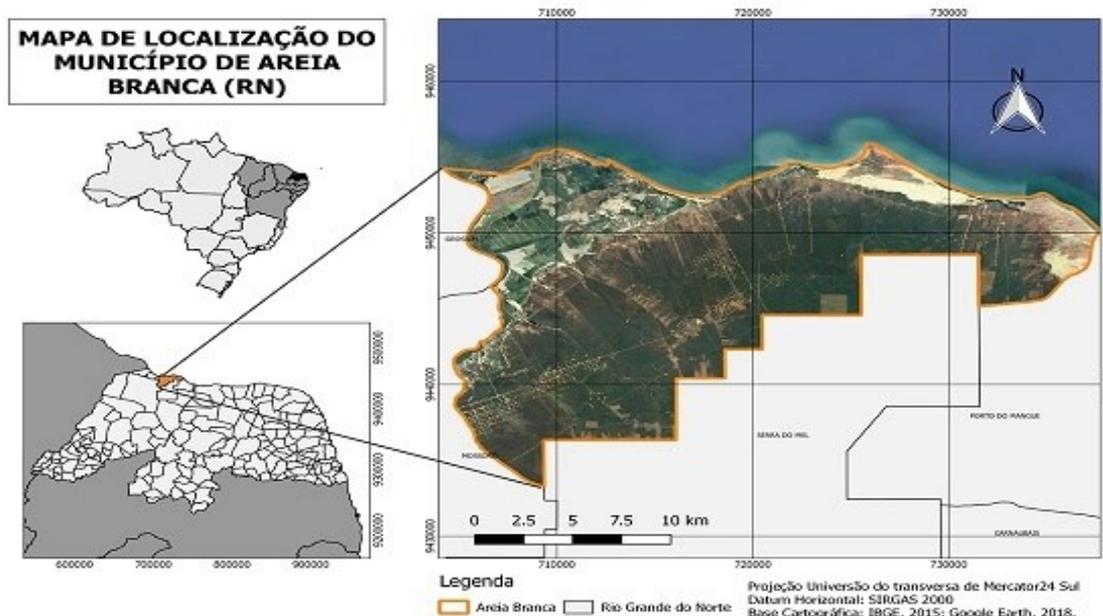
De antemão, precisamos destacar que o turismo tem sido um importante indutor

de transformações do espaço, pois ao se apropriar dele, territorializa-o, numa relação de poder imposta pelo capital (Cruz, 2003). Santos (1988, p. 25) apresenta o conceito de espaço como “um conjunto de objetos e de relações que se realizam sobre estes objetos”. Para ele, o espaço resulta da ação do homem sobre o próprio espaço, inserido pelos objetos, naturais e artificiais. Santos (2006) afirma ainda que o espaço é formado por “um conjunto indissociável, solidário e também contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá” (Santos, 2006, p. 39). Através dessas palavras, percebe-se a intenção do autor em afirmar que, ao longo da história, a natureza formada por objetos naturais vai sendo substituída pela natureza artificial, dotada de objetos fabricados, técnicos, mecanizados, fazendo com que esses ambientes artificiais tendam a funcionar como uma máquina. Nesse sentido, os espaços litorâneos são inseridos em processos de “turistificação”, e desde que permaneçam sendo interesse do capital, continuam em expansão, e a tendência está sendo cada vez mais acelerar o crescimento dos equipamentos e fluxos turísticos nessa área.

Assim, é importante reconhecer que as políticas de turismo afetam de forma contundente os espaços de um determinado destino turístico, e que seus efeitos influenciam diretamente o dia a dia do funcionamento do local.

No município de Areia Branca/RN, essa produção do espaço obedece a critérios locais, mas os aspectos globais também estão no local. Assim, apesar de não ser uma cidade turisticamente moderna (do ponto de vista econômico) na sua produção do espaço, é uma cidade que vem se inserindo numa lógica global de reprodução do capitalismo, e que escolheu a atividade turística como uma atividade econômica complementar para o seu território.

Areia Branca possui uma população estimada em 27.176 habitantes (IBGE, 2016) e está localizada a 327 km da capital do Estado do Rio Grande do Norte - RN (Natal) e a 287 km da capital do Ceará - CE (Fortaleza). O principal meio de acesso é rodoviário, por meio da BR 110, distante apenas 47 km de Mossoró-RN, segunda maior cidade do Estado do RN que, por sua vez, é adjacente de municípios cearenses de alto fluxo turístico - como Canoa Quebrada (Aracati - CE), por exemplo. Chega-se a cidade, também, por via fluvial, através da travessia de veículos e passageiros realizada por lanchas e balsas que trafegam pelo Rio Apodi-Mossoró (chamado também de Rio Ivipaním) entre os municípios de Grossos-RN e Areia Branca. Segue o mapa 01 de localização da cidade:



Mapa 01 - Localização do Município de Areia Branca, RN

Cartografia: Wesley Misael Bezerra Damásio

A cidade possui uma vasta área litorânea composta por atrativos naturais praticamente inexplorados pela atividade turística (praias, dunas e falésias). Possui como fonte de riquezas econômicas o sal, o petróleo, a pesca, o terminal portuário e, recentemente, a energia eólica, de onde são extraídas as bases da economia local.

Assim, Areia Branca é considerada, discursivamente por alguns atores sociais locais (poder público, empresários e residentes), uma cidade “potencialmente” turística. Logo, tem sido alvo de ações pontuais que visam transformá-la em “cidade turística” com o objetivo de atrair emprego e renda para a população residente.

Contudo, ao visitar o município, percebe-se a precariedade dos equipamentos turísticos existentes, visto que, atualmente, não poderia atender um possível aumento da demanda turística. A falta de qualificação profissional no setor é outra deficiência registrada, assim como a escassez de infraestrutura da maioria dos empreendimentos “turísticos” existentes. A seção a seguir aprofundará tal problemática.

3 Paisagens do pretensão turismo local: serviços na orla e danos ambientais

Com base na categorização pensada por Corrêa (2004) e numa breve observação *in loco* realizada na orla do município no dia 15 de janeiro de 2018, o município de Areia Branca-RN apresenta os cinco agentes produtores do espaço pretensamente turístico, embora atuando aleatoriamente e de forma tímida no território: os proprietários dos meios de produção, representados basicamente pelos donos de alguns estabelecimentos de alimentos e bebidas e hospedagem; os proprietários fundiários, isto é, donos dos condomínios localizados nas Praias de Upanema e São Cristóvão; o promotor imobiliário

(aquele que vende os terrenos para as construções imobiliárias); o Estado (que atua através do Polo Costa Branca e da prefeitura municipal); e os grupos sociais excluídos representados, basicamente, pelos pescadores e marisqueiras, que fornecem os produtos do mar para os proprietários de estabelecimentos de alimentos e bebidas, e que buscam se inserir no jogo desigual e contraditório de um território que se tece na busca por uma atividade que não dispõe de condições estruturais pra sua efetivação.

Os empresários dos meios de hospedagem, bares, restaurantes e barracas de praia, concentram-se na faixa litorânea das comunidades e na sede do município. São de origem do município em sua maioria, embora existam empreendedores de cidades vizinhas e até de outros Estados, como é o caso da pousada e restaurante “Oasis Mel Beach”, empreendimento localizado na Praia de Ponta do Mel, que oferece um ambiente diferenciado - comparado aos outros empreendimentos vizinhos - em termos de infraestrutura.

Outro estabelecimento que merece destaque é o Hotel Costa Atlântico – único hotel (de grande porte) da cidade. Localizado na Praia de Upanema, o hotel oferece ainda um restaurante aberto ao público, que se destaca pela sua infraestrutura e pelos equipamentos de lazer ofertados.

Além desses estabelecimentos citados existem, atualmente, outros meios de hospedagem e alimentação localizados ao longo da orla. A maioria das empresas é administrada por familiares e possuem infraestrutura muito simples.

Os proprietários das barracas de praia também são considerados agentes produtores do espaço em Areia Branca, segundo categorização apontada por Corrêa (2004). Esses estabelecimentos são, em sua maioria, administrados pelas famílias e estruturados de forma limitada, implicando numa expressiva precariedade de infraestrutura. Por ser de administração familiar, utilizam trabalho informal e mão de obra precária, baseada numa organização primitiva das atividades, sem se preocuparem com a publicidade e propaganda, pois geram renda apenas para sua sobrevivência.

Seguem abaixo imagens de alguns estabelecimentos:



Ilustração 01 – Barracas da Praia de Baixa Grande

Foto: Erika Souza (2018)



Ilustração 02 – Barracas da Praia de Ponta do Mel

Foto: Erika Souza (2018)

Com relação às barracas, observou-se que os banheiros são improvisados e não há saneamento. Pode-se observar que os efluentes são direcionados para fossas, algumas bem próximas à faixa de praia e sem a correta impermeabilização (ilustrações a seguir), podendo ocasionar contaminação do lençol freático em caso de aumento de fluxo.



Ilustração 03 – Fossa próxima à faixa de praia - Praia de Upanema

Foto: Erika Souza (2018)



Ilustração 04 - Banheiros próximos à faixa de praia - Praia de Baixa Grande
Foto: Erika Souza (2018)

Observa-se, também, que as águas residuais de alguns estabelecimentos são direcionadas às caixas coletoras de gorduras, mas apesar de serem um receptor adequado para águas residuais, estão localizadas próximas à faixa de praia que, em dias de maré alta, podem romper-se e misturar-se às águas do mar, causando consequentemente, poluição das águas e do solo. É o que nos mostram as imagens seguintes:



Ilustração 05 - Caixa coletora de gorduras - Barraca da Praia de Baixa Grande
Foto: Erika Souza (2018)



Ilustração 06 – Caixas coletoras de gorduras – Barraca da Praia de Upanema
Foto: Erika Souza (2018)

Constatou-se, segundo nossa pesquisa de campo, que na maior parte da orla não há rede de abastecimento de água. A água é oriunda de escavação de poços ou através de caminhões pipas, que abastecem as comunidades uma vez no mês. As águas vindas dos poços podem ocasionar riscos à saúde da população, já que existem fossas na faixa da orla que podem contaminar o lençol freático, utilizado como recurso hídrico para retirada da água dos poços.



Ilustração 07 – Caixa d'água – Barraca da Praia de Baixa Grande
Foto: Erika Souza (2018)



Ilustração 08 - Poço para abastecimento de água - Praia de São Cristóvão
Foto: Erika Souza (2018)

A barraca “Fenda do Biquíni”, localizada na Praia de São Cristóvão, possui características distintas com relação às outras barracas presentes na orla, por oferecer uma gastronomia particular e possuir atendimento diferenciado aos adeptos do *Reggae*, “único” gênero musical permitido no local. Apesar de possuir, aparentemente, estrutura um pouco superior às outras, a “Fenda do Biquíni” é abastecida com água de poço e, assim como as outras, possui fossa próxima ao mar. Além disso, observou-se que a maioria de seus frequentadores são oriundos da cidade de Mossoró e região.



Ilustração 09 - Barraca “Fenda do Biquíni” - Praia de São Cristóvão
Foto: Erika Souza (2018).

Dando continuidade à categorização dos agentes produtores do espaço em Areia Branca, percebe-se nos donos dos condomínios localizados nas praias de Upanema e São Cristóvão, os proprietários fundiários apontados anteriormente por Corrêa (2004). Em Upanema está localizado o Condomínio “Pontal do Mar” - empreendimento residencial localizado em sua Orla - e na Praia de São Cristóvão está em construção o “Residencial Jardins do Cristóvão”, que se encontra em fase inicial de construção, ainda com distribuição de lotes. A expansão tímida desses condomínios já revela sua interseção e princípio de funcionalidade com o entorno territorial do território areia-branquense.

Os promotores imobiliários são representados pelos proprietários e corretores dos terrenos onde estão sendo construídos os condomínios, além de especuladores imobiliários que se aventuram na construção de bairros novos e loteamentos, principalmente na sede do município. De acordo com Corrêa (2004), eles contribuem com a produção do espaço através das vendas dos terrenos para a construção dos empreendimentos.

Outro agente importante apontado pelo autor é o Estado, que nesse caso está representado pela prefeitura municipal, através da Gerência de Turismo, e pelo governo do estado através do Polo Costa Branca, projeto com o intuito de alavancar o turismo na região ao qual o município está inserido. Mesmo agindo de forma tímida, ambos têm a pretensão de alavancar o turismo no município, pois apesar da cidade apresentar um discurso imagético de vocação turística, a atividade se apresenta ainda incipiente e pouco explorada.

Por último, Corrêa (2004) aponta os grupos sociais excluídos que, no caso de Areia Branca e sua incipiente dinâmica econômica terciária litorânea, são representados pelos pescadores e marisqueiras que fornecem os produtos do mar para os proprietários de empreendimentos de alimentos e bebidas. Estes não participam - ou participam de forma muito tímida - do processo de turistificação, já que foram excluídos (ou precariamente incluídos) durante a produção do espaço local.

Em Areia Branca a formatação desses agentes não se dá de forma muito clara e didática. Os proprietários dos meios de produção, no tocante ao terciário litorâneo, praticamente subsistem caso comparados ao grande capital modernizador das economias turísticas litorâneas do Nordeste brasileiro.

Os proprietários fundiários têm se expandido recentemente no litoral areia-branquense, sobretudo a partir de uma lógica imobiliária que tem feito a especulação imobiliária dar seus primeiros passos nas áreas litorâneas mais distantes da zona urbana da cidade. Com isso, mesmo que ainda seja um movimento recente e pontual, já surgem os primeiros promotores imobiliários ávidos por otimizar a reprodução do capital imobiliário viabilizado pelos proprietários fundiários. Nesse meio tempo, o Estado, cuja Prefeitura Municipal é seu braço mais imediato, termina assistindo esse movimento de forma passiva, tendo em vista seu anseio por dinamizar um turismo que parece não querer chegar de forma efetiva na cidade, além de sua frágil estrutura institucional em termos de legislação e infraestrutura ambiental. Como consequências mais visíveis, vigora na cidade e, principalmente em sua faixa litorânea, uma realidade ambiental à mercê do imprevisto e das frágeis condições materiais de seus agentes locais.

4 Metodologia

Este estudo se baseou, metodologicamente, na realização de pesquisas bibliográfica, documental e de campo.

A pesquisa bibliográfica foi realizada a partir de registros disponíveis de pesquisas anteriores e de materiais já elaborados, constituídos principalmente de livros e artigos científicos, assim como revisão da literatura visando levantar estudos empíricos já realizados sobre este recorte espacial e/ou outros similares.

A pesquisa documental foi realizada através da busca e análise de documentos (planos e/ou projetos voltados para a atividade turística e o meio ambiente) existentes na Secretaria Municipal de Serviços Públicos, Urbanismo e Obras, visando averiguar a existência e eficácia dos mesmos e quais medidas de minimização de danos socioambientais são abordadas por eles. Foi analisado especialmente o Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de Areia Branca e o Plano de Governo para Areia Branca, 2016-2020, registrado no TSE. Verificou-se, através de visita *in loco*, a ausência de um inventário turístico e/ou um plano de desenvolvimento turístico elaborado pela Gerência de Turismo do município.

Na pesquisa de campo, foram necessários os seguintes procedimentos:

I - Levantamento e descrição das atividades terciárias (turísticas) ao longo da orla:

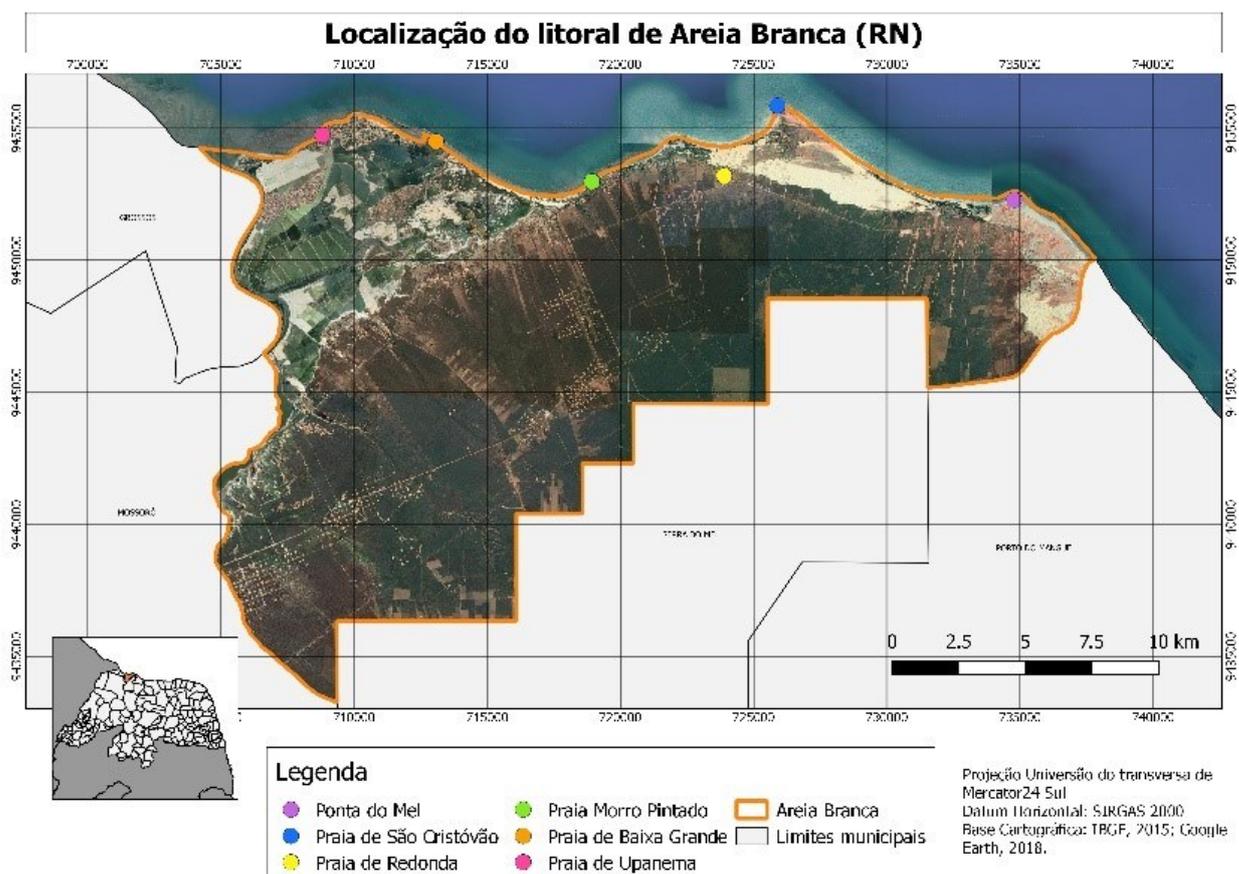
Este levantamento foi realizado através de visitas *in loco* aos estabelecimentos turísticos situados na orla de Areia Branca/RN, visando fazer reconhecimento da área e descrever o objeto de estudo.

O estudo buscou atingir um caráter censitário, todavia, esbarrado na existência de alguns empreendimentos fechados e/ou sem funcionamento. Levantamos 42 empreendimentos (hotéis, pousadas, bares e restaurantes) diretamente estabelecidos na faixa de praia do litoral areia-branquense, de modo que conseguimos ter acesso a 32 deles. O estudo se deu, destarte, por acessibilidade.

II - Check list dos impactos ambientais observados *in loco*

Esta etapa da pesquisa consistiu na identificação e categorização dos impactos ambientais observados ao longo da orla, ocasionados a partir da oferta dos serviços turísticos da cidade (bares, restaurantes, meios de hospedagem, etc.) e da possível negligência por parte do poder público, apontando os instrumentos e o comportamento dos produtores e usuários consumidores desses serviços em relação à preservação do meio ambiente. Teve como objetivo identificar os pontos críticos desses setores.

O check-list foi realizado em toda faixa das principais praias do município, englobando as praias elencadas no mapa 02 a seguir:



Mapa 02 - Litoral de Areia Branca, RN
Cartografia: Wesley Misael Bezerra Damásio

III – Aplicação de questionários com os empreendedores turísticos (donos de empreendimentos situados ao longo da orla).

Foram aplicados um total de trinta e dois (32) questionários com os proprietários dos meios de hospedagens, alimentos e bebidas, localizados ao longo da orla. No Mapa 03 a seguir, tem-se uma genérica espacialização do entorno espacial das empresas captadas pelo presente estudo.

A proximidade das empresas terminou, no mapa, sobrepondo os pontos de localização. Deste modo, o mapa em questão serve mais como uma referência genérica do que como técnica de georreferenciamento da oferta de serviços no litoral areia-branquense.



Mapa 03 - Oferta de Bares, Restaurantes, Hotéis e Pousadas no litoral

Cartografia: Wesley Misael Bezerra Damásio

IV - Entrevista com o poder público local (Secretaria de Serviços Públicos, Urbanismo e Obras)

A entrevista foi realizada de forma estruturada (questões pré-definidas), com o objetivo de revelar não só o entendimento do entrevistado, como também o seu nível de informação e os instrumentos que estão sendo utilizados - ou os que pretendem utilizar - para minimizar os possíveis danos ambientais ocasionados mediante o desenvolvimento e a oferta dos serviços turísticos.

5 Discussão e resultados

Andar pelo litoral areia-branquense nos revelou algumas faces contraditórias do desenvolvimento de uma rudimentar economia dos serviços na orla. Foi perceptível que não há uma densa expansão do terciário na faixa de praia. Mesmo assim, verificou-se que o mínimo de terciarização da faixa de praia termina ocasionando alterações na paisagem e impactos de ordem ambiental, sobretudo em razão da ausência efetiva do poder público em regular o uso do solo e do caráter familiar das atividades econômicas desenvolvidas.

A improvisação das barracas de praia, aliada a falta de infraestrutura de gestão pública de resíduos sólidos, esgoto e abastecimento de água, termina imprimindo na paisagem litorânea cenas de degradação ambiental, algumas mais pontuais, outras mais preocupantes.

Na praia de Upanema, que se constitui o trecho mais próximo da zona urbana da cidade, verificam-se os impactos mais evidentes. Inclusive o próprio poder público municipal alegou que neste trecho litorâneo existem as maiores cenas de degradação ambiental, conforme o relato do informante entrevistado nesta pesquisa. Segundo afirma, “Eu acredito que Upanema seja a praia mais afetada por ser mais populosa” (Entrevista Poder Público, 2018). Destarte, neste espaço da orla, impera uma maior concentração de atividades de alimentação e hospedagem, imprimindo na morfologia da paisagem diversas mudanças antrópicas.

Verificou-se na análise da paisagem aspectos basilares de degradação ambiental: lixo exposto, construções irregulares e esgoto lançado na faixa de praia por alguns estabelecimentos comerciais.

Upanema é a praia “urbana” do município de Areia Branca que congrega o maior volume de atividade comercial litorânea da cidade e apresenta, pela proximidade com a zona urbana, maior fluxo de casas (de residentes e de veraneio), empresas (dentre elas o maior hotel da cidade – Hotel Costa Atlântico) e fluxo de consumidores (maior parte residentes). Possui alguns hotéis, pousadas, bares e restaurantes na faixa de praia, todos detentores de fossa séptica. Para Medeiros, Cunha e Almeida (2018, p. 12):

[...] percebe-se uma área urbanizada e em expansão na praia de Upanema. Aqui não se verifica erosão preocupante, talvez devido à presença de beach-rocks na praia, bem como devido a um muro paralelo à linha de costa, de cerca de 50 cm de altura. Contudo, há aí uma maior vulnerabilidade devido à presença de estruturas urbanas, como estrada pavimentada paralela à linha de costa, hotel, áreas residenciais e pequenos estabelecimentos comerciais ligados ao turismo. Todo esse trecho costeiro também passou por mudanças originadas pelo ser humano.

Na faixa de praia areia-branquense não existe saneamento básico público (esgoto) e nem abastecimento de água (exceto em Upanema) pela Companhia de Águas e Esgoto do Rio Grande do Norte (CAERN). O representante da Prefeitura Municipal foi enfático ao mostrar que o saneamento ainda é uma realidade em fase de implementação na zona urbana da cidade (embora em um percentual abaixo do esperado) e que não há abastecimento encanado de água pela CAERN nas comunidades praianas. Primeiro, não há saneamento na faixa de praia:

Do saneamento básico temos, inicialmente, 40% de toda tubulação aterrada no município, só na zona urbana. A prefeita do município está em busca de recursos pra colocar isso em prática, pois só fizeram a instalação há alguns anos e ninguém fez mais nada. Fomos em busca de técnicos para analisarem a estrutura e implantarem mais tubulações, chegando a 60% na zona urbana. Nós não temos saneamento implantado nas zonas rurais (em nenhuma das praias), pois **a água do esgoto é dispensada a céu aberto**. Estamos com uma equipe de engenheiros da Funasa (equipe de Brasília), estudando como poderíamos implantar esse

saneamento básico nas zonas rurais do município, ou pelo menos ter uma ideia de como minimizar a questão do esgoto ser dispensado a céu aberto. Acredito que uma das praias que tem mais esse esgoto a céu aberto é Ponta do Mel (Entrevista Poder Público, 2018, destaque nosso).

Segundo, a água da CAERN é restrita à zona urbana:

Nós só temos água encanada na Praia de Upanema, que é abastecida pela CAERN. No restante das comunidades rurais e litorâneas são abastecidas através de carros pipas. O abastecimento é feito mensalmente. Temos o cadastro das famílias da zona rural, e abastecemos a cada 30 dias (entre 8 a 10 mil litros de água). Todos os moradores recebem essa água, independente da renda. Alguns moradores de Ponta do Mel possuem poços artesanais e não têm dificuldades com relação a abastecimento de água. Então a água é destinada mais às comunidades que não moram na beira da praia. Temos um convênio com o governo federal, um programa que se chama “Operação Pipa”, em que a prefeitura entra com a parte da água e o governo federal com os caminhões pipas. São dois caminhões disponibilizados para abastecer as comunidades de Areia Branca - dando suporte - além dos outros caminhões contratados pelo município (Entrevista Poder Público, 2018, destaque nosso).

A situação acima apresentada, representando a praia de Upanema, se repetirá praticamente no restante do litoral areia-branquense, com mudanças pontuais na conjuntura ambiental nas praias mais distantes da zona urbana, sobretudo nas praias de Redonda e São Cristóvão. A sequência de trechos do litoral pouco mudará em termos ambientais, exceto em variáveis pontuais a depender do nível de atividade econômica exercida no território.

Baixa Grande, praia seguinte, apresenta o mesmo padrão visualizado em Upanema. A única alteração entre Upanema e Baixa Grande é a ausência de lixeiras nesta última. Os impactos observados não configuram choques de grande intensidade, mas já demonstram o peso da ação antrópica sobre o meio e já mostram a fragilidade legal em termos de controle ambiental. Como não há infraestrutura mínima, nem fiscalização ambiental efetiva, os empresários terminam recorrendo a estruturas improvisadas. Além disso, a dinâmica dos finais de semana e a efetividade de um uso mais intensivo das barracas de praia terminam acentuando certos impactos, principalmente a questão do lixo espalhado nas praias.

A questão de bares e restaurantes, o que se tem percebido é que, passa sexta, sábado e domingo, e nas segundas-feiras a praia fica muito suja porque os frequentadores deixam lixos espalhados na praia, e a gente percebe também que os donos de bares e restaurantes não têm esse cuidado de limpar nem a frente do local de seus estabelecimentos (Entrevista Poder Público, 2018).

Em Morro Pintado há o mesmo padrão vislumbrado em Upanema e Baixa Grande, pois assinala a problemática da ausência mínima de controle sanitário dos banheiros dos estabelecimentos. Uma característica marcante neste espaço é a improvisação sanitária.

No único estabelecimento pretense ao turismo existente no local (orla da praia), foi visível o improvisado do banheiro. Uma caixa de madeira com areia funcionava como estrutura retentora de dejetos.



Ilustração 10 – Barraca de praia - Praia de Morro Pintado
Foto: Erika Souza (2018)



Ilustração 11 – Banheiro improvisado da barraca de praia – Praia de Morro Pintado
Foto: Erika Souza (2018)

Em Redonda verificou-se um melhoramento no quadro ambiental, pois não se constatou esgoto a céu aberto neste trecho. Vale destacar que não foram encontrados estabelecimentos comerciais pretensos ao turismo ao longo da orla. Porém, lixo (mesmo sem a presença de empresas), danos a vegetação, erosão e construções irregulares foram observadas.

Podemos inferir que quanto maior o volume de atividades exercidas sobre o território, maior tem sido, no litoral analisado, a possibilidade de impactos ambientais. Não é uma relação de causa-efeito, mas em Areia Branca, devido sua base territorial preexistente, termina sendo uma constatação empírica demonstrável.

Em se tratando de território, o papel que os agentes produtores do espaço desempenham na estruturação dos destinos e sua qualidade ambiental é primordial. Os trechos de praias com danos ambientais menos visíveis estão na praia de São Cristóvão e Redonda. Ao se afastar da zona urbana do município, já são percebidas alterações ambientais na paisagem. Por exemplo, na praia de São Cristóvão já não se encontra lixo exposto na orla, tampouco esgoto a céu aberto.

Nesta praia há pequenos empreendedores que possuem ações de educação ambiental, como é o caso do bar 'Fenda do Biquíni'. Neste empreendimento, apesar de familiar, vigoram diversas ações de educação ambiental, como a coleta seletiva e o tratamento artesanal do esgoto. Contudo, mesmo apresentando visualmente melhores condições ambientais, não significa dizer que não há impactos. Não significa dizer, também, que o afastamento das atividades comerciais abrande a questão. O problema não pode ser simplificado ao ponto de inferir que atividades econômicas terminem por trazer degradação ambiental ou que a sua ausência traga maior qualidade das áreas naturais. A relação não é causal, mas no município a produção do espaço terciário na orla tem acelerado impactos que poderiam facilmente ser abonados com maior protagonismo do poder público em fiscalizar e, concomitantemente, dos empresários locais em evitar certas ações de degradação. O problema maior, contudo, não decorre simplesmente da boa ou má vontade dos comerciantes locais, mas da própria infraestrutura precária do município no que tange ao abastecimento de água e tratamento de lixo e esgoto. A lógica socioeconômica vigente termina limitando outras perspectivas qualitativamente positivas para o litoral e, de quebra, imprime na paisagem e no espaço danos ambientais que poderiam ser evitados com infraestrutura e gestão ambiental. Diante disso, surgem as improvisações sanitárias visíveis ao longo da orla. Delas decorrem muitos dos danos ambientais acima apontados.

A última praia do município é Ponta do Mel, verificando um padrão intermediário entre os quadros concretos de Redonda e São Cristóvão e as praias mais próximas da zona urbana municipal. Ponta do Mel, praia mais distante da porção urbana do município, termina sendo o polo concorrente da estrutura dos serviços presentes em Upanema (praia urbana). Possui alguns empreendimentos melhor estruturados, sobretudo o Restaurante Oasis Mel Beach, cujos serviços se diferenciam do improvisado das demais barracas de praia do restante do litoral. Mesmo assim, em Ponta do Mel, verifica-se a mesma estrutura básica ambiental dos trechos anteriores, mitigada apenas em trechos mais desertos.

A análise dos dados coletados a partir das entrevistas com os empreendedores locais comprovou e reforçou o já percebido visualmente pelo *check list* ambiental. As principais variáveis investigadas (lixo, construções irregulares, abastecimento de água e gestão do esgoto) demonstraram que, mesmo a tímida expansão de um terciário pretensão ao turismo, já desencadeia alguns impactos sobre o litoral areia-branquense. Apesar da incipiência de racionalidade econômica na orla, são perceptíveis algumas alterações na *morfologia da paisagem* (Sauer, 1998), sobretudo: a) resíduos sólidos jogados na faixa de praia, em especial nos dias mais intensos de uso desses estabelecimentos comerciais; b) bares funcionando sem nenhuma estrutura sanitária, com abastecimento improvisado de água e jogando na praia as águas servidas; c) construções irregulares promotoras desse desmatamento e de precária estrutura sanitária.

No tocante ao lixo, as entrevistas realizadas com os empreendedores locais mostra como a produção de resíduos sólidos decorrente das atividades comerciais termina tendo, na visão dos empresários locais (sem distinção de trecho litorâneo), repercussões sobre o meio ambiente.

Os informantes foram unânimes em informar que a coleta pública do lixo é realizada com frequência regular. Segundo entrevista realizada com o poder público municipal, a coleta é realizada “três vezes por semana na cidade. Na faixa de praia, parece que é menos, é duas vezes só” (Entrevista Poder Público, 2018). Contudo, Madeiros (2018, p.78) atesta que “o atendimento de resíduos sólidos domiciliares não é realizado para todos, sendo os dados fornecidos para esses eixos relacionados somente a área urbana do município”. Em seu estudo, Madeiros (2018) mostra que, referente a coleta de resíduos sólidos, o município de Areia Branca apresentou que se trata de um serviço que está longe da universalização.

Tal fato desemboca na problemática da gestão de resíduos sólidos, tendo o lixo, quando coletado, um destino certo: um aterro localizado no próprio município, já nas proximidades da BR 110, se aproximando da zona urbana e da via de ligação às praias.

O aterro funciona como um depósito a céu aberto e recebe todo o lixo produzido na cidade. Segundo o representante da prefeitura:

Areia Branca recebeu um incentivo da Petrobras para construir um aterro controlado, e assim foi feito. Começou-se a depositar o lixo e cobri-lo regularmente. De lá pra cá perdeu-se o controle, esse lixo parou de ser coberto e hoje ele está num depósito a céu aberto. Agora o Ministério Público tá batendo em cima desses interiores que possuem lixão e está exigindo que regularizem essa situação. Areia Branca já foi convocada e ficou acertado que transformaremos esse lixão em um aterro de valas. Tomaremos algumas medidas como obter um cercamento do aterro como um todo, cercamento só da célula e fazer uma guarita, colocar um guarda, retirar os animais de dentro... (Entrevista Poder Público, 2018).

A imagem abaixo mostra visualmente o aterro e suas condições improvisadas e danosas ao entorno ambiental local:



Ilustração 12 - Aterro de lixo do município de Areia Branca, RN

Foto: Erika Souza (2018).

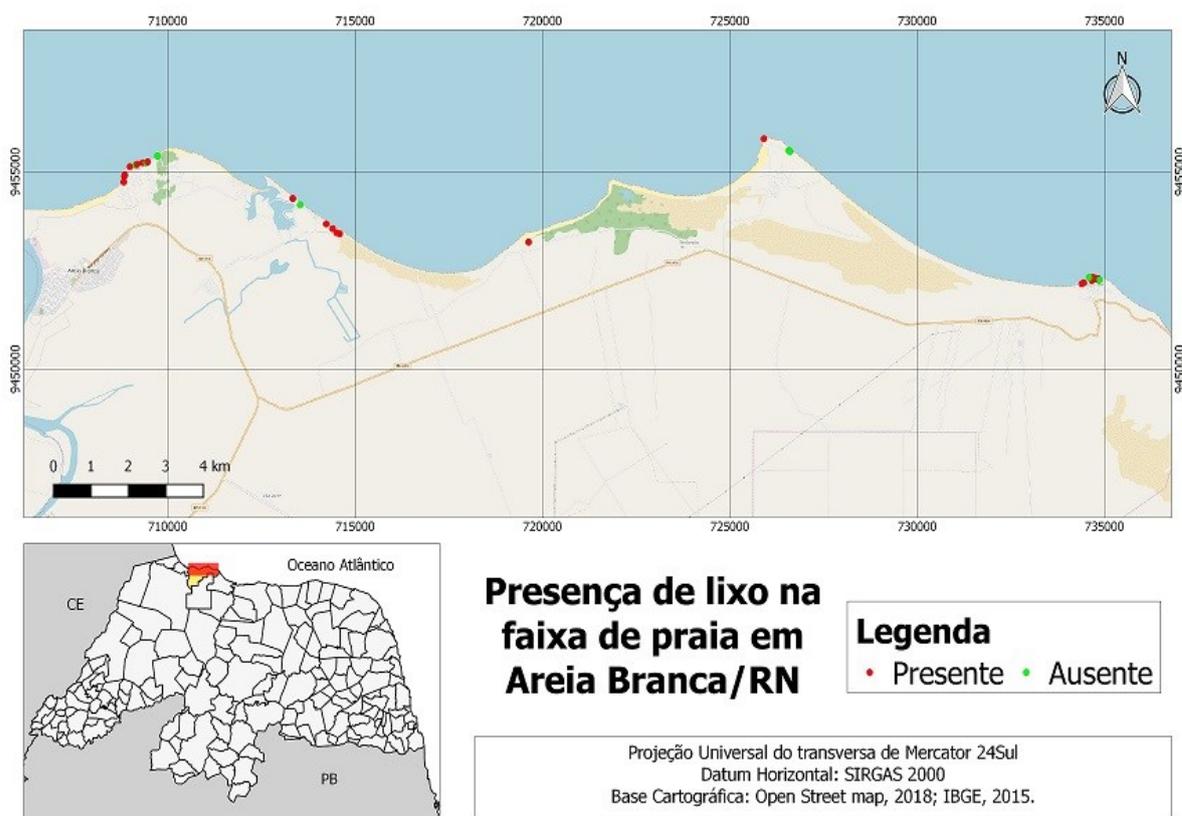
Poucos entrevistados (1/3) informaram existir coleta seletiva dos resíduos. Esta coleta seletiva é realizada, segundo informado por alguns empreendedores, por uma cooperativa de catadores. Atualmente essa cooperativa se encontra praticamente desativada, aguardando a retomada das atividades, segundo informações da própria Prefeitura Municipal:

Estamos retornando com as atividades da coleta seletiva. Temos uma associação que funcionava há alguns anos. Quando a gente assumiu, ela estava desativada. Eles tinham uma dívida na Receita Federal. Nós pagamos a dívida e agora estamos retomando esse processo. Hoje eles têm uma casa cedida para fabricação de vassouras, sabão ecológico... Estamos vendo a questão do prédio para construir o galpão deles, pois o prédio sempre foi alugado. Estou tentando, junto com a equipe, conseguir um terreno da prefeitura para doar pra eles construïrem seu próprio galpão [...], para ficar uma coisa fixa pra eles. O nome da cooperativa é "Associação Rotativa". Essa cooperativa existiu até o final de 2015 (Entrevista Poder Público, 2018).

Sobre resíduos jogados na faixa de praia, 71,9% dos empreendedores declarou existir lixo pelas praias da cidade. O check list realizado ilustrou bem esse aspecto da paisagem local, marcada contraditoriamente pela não ocupação intensiva do litoral por atividades econômicas mas que, mesmo com essa baixa incidência de inversões empresariais, já são percebidos certos impactos, dentre eles a presença de resíduos sólidos abandonados na faixa de praia. Garrafas, plásticos e papéis podem ser facilmente encontrados, principalmente próximo às barracas. A exceção mais ilustrativa foi Praia de São Cristóvão, cujo empreendimento intitulado Fenda do Biquíni termina por realizar uma gestão mais comprometida com certos princípios da sustentabilidade. Nesta barraca

há uma série de ações voltadas a educação ambiental e ao controle da produção de resíduos.

O mapa 04 a seguir espacializa a presença de lixo na faixa de praia, segundo a percepção dos empreendedores.



Mapa 04 – Presença de Lixo na Faixa de Praia

Cartografia: Wesley Misael Bezerra Damásio

Percebe-se que há ocorrência de lixo na faixa de praia por todo o litoral, sendo amenizada nos trechos mais desertos ou com menor ocupação comercial. Os pontos vermelhos constataam a percepção dos empreendedores sobre a existência de lixo lançado na faixa de praia. Os pontos verdes a sua ausência ou existência mínima.

Em alguns estabelecimentos existem tambores de lixo, contudo, não se identificou racionalidade sistêmica de lixeiras ao longo da orla areia-branquense, o que demonstra que as lixeiras são muito mais o resultado improvisado de ações dos empresários do que de uma lógica planejada pelo poder público. Vale destacar que essas lixeiras são, na maioria das vezes, arranjadas em tambores e não seguem a proposta de separação dos resíduos.

Embora não tenha sido uma ação direta empresarial local, vale destacar a construção da rodovia litorânea (RN404) que liga Areia Branca ao município de Porto do Mangue. Esta via foi asfaltada em 2007 e se estende, praticamente, margeando a beira-mar, entre Ponta do Mel (Areia Branca) e Pedra Grande (Porto do Mangue). Esse objeto técnico (Santos, 2006) modificou a vegetação nativa e terminou contrastando com a paisagem natural da faixa de praia, modificando-a e trazendo consequências, dentre elas, a própria erosão do solo e o movimento das dunas. Este trecho da RN404 é tomado (parcialmente) pelas dunas em muitos meses do ano, chegando inclusive a limitar o acesso rodoviário em alguns trechos.



Ilustração 13 - RN404 (estrada que liga Areia Branca à Porto do Mangue)
Foto: Erika Souza (2018).

Em Areia Branca há tanto a ação natural (chuvas e ventos), quanto a ação antrópica, dada sobretudo pela expansão de atividades na faixa de praia. Retirada de vegetação nativa, abertura de vias para buggys e veículos com tração 4x4, além da construção de bares e restaurantes em área nativa, terminam por acelerar certos processos erosivos. Trata-se de um processo dinâmico, de difícil determinação monocausal. Para Galindo et al (2008), resulta de um conjunto entrelaçado de causas e efeitos, tendo o uso e o manejo inadequados dos solos como uma das principais causas antrópicas. Ainda segundo Galindo et al (2008), essa degradação dos solos reduz a capacidade para produzir bens e serviços. Tratando-se de pensar o turismo, processos erosivos e de retirada de vegetação terminam por mudar a paisagem natural, tecnicando e degradando a outrora paisagem natural conservada.

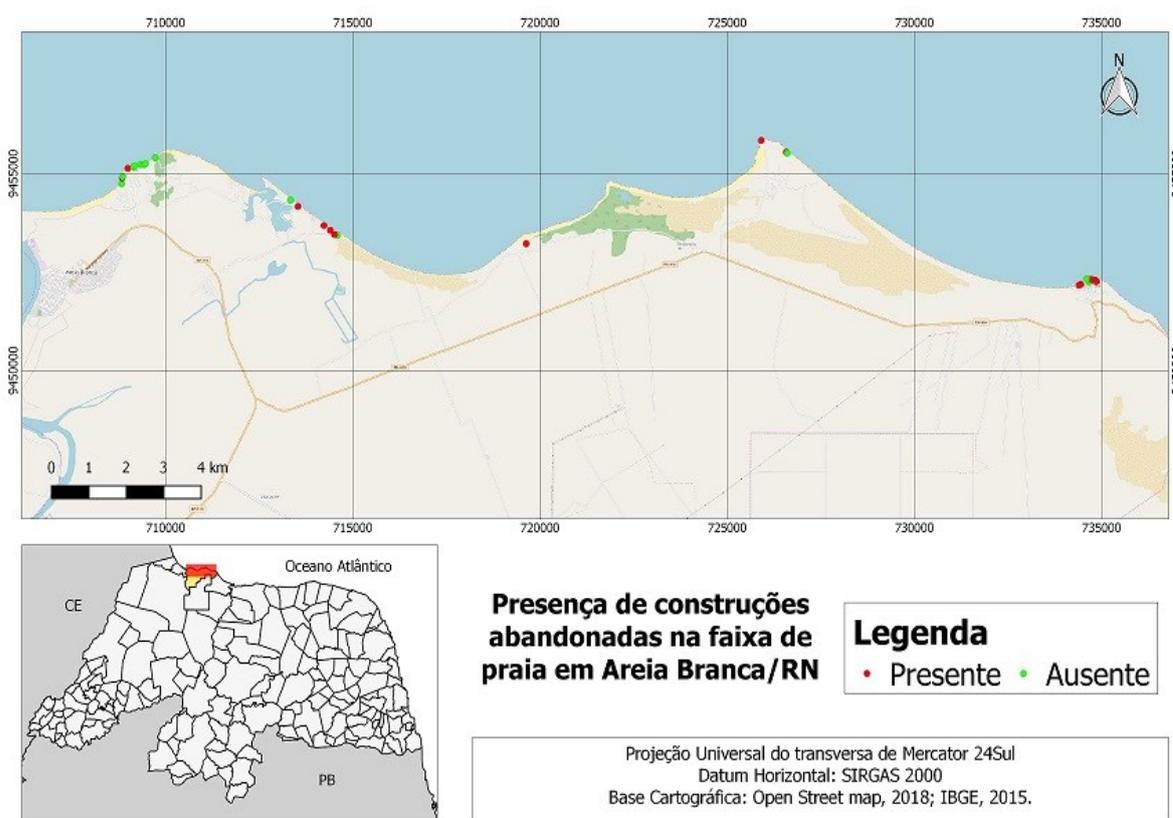
A retirada de vegetação termina por revelar que já ocorre a expansão de construções irregulares ao longo da orla. Conforme os questionários aplicados, praticamente metade (46,9%) dos entrevistados informou existir construções abandonadas na faixa de praia. No percurso do check list podemos perceber tal realidade. Palhoças, bares fechados e barracas estavam sem o uso comercial de origem.

Acerca de regras e fiscalização para implantação de novas construções, os entrevistados alegaram, para ambas as questões, que há regras (65,6%), porém, com baixa capacidade de fiscalização (65,6%) por parte do poder público. Vale salientar que

trata-se da percepção dos atores sociais entrevistados e não da constatação fenomênica (concreta) da questão.

Foi verificado que há construções praticamente beirando o limite para o mar, construídas à margem da legislação costeira e de qualquer perspectiva que respeite os limites daquele ecossistema. Essas construções são improvisadas e muitas demonstram irracionalidade econômica, já que passam a semana fechadas (sem uso produtivo). Diante disso, fazem pouco ou nenhum investimento no sentido de infraestrutura para melhoramento dos serviços. Improviso e amadorismo definem muitas dessas empresas. Destarte, os impactos ambientais são visíveis e, até certo ponto, esperados.

O Mapa 05 a seguir mostra, a partir das informações coletadas com os empreendedores, os focos de construções irregulares e/ou abandonadas ao longo do entorno dos bares, pousadas, restaurantes e hotéis. Não significa necessariamente que há essas construções irregulares, mas sim, que essas são percebidas pelos informantes empreendedores. Contudo, a análise exploratória (visual) pelo litoral, reforçada pelo check-list, terminou por comprovar tal percepção sobre o espaço local.



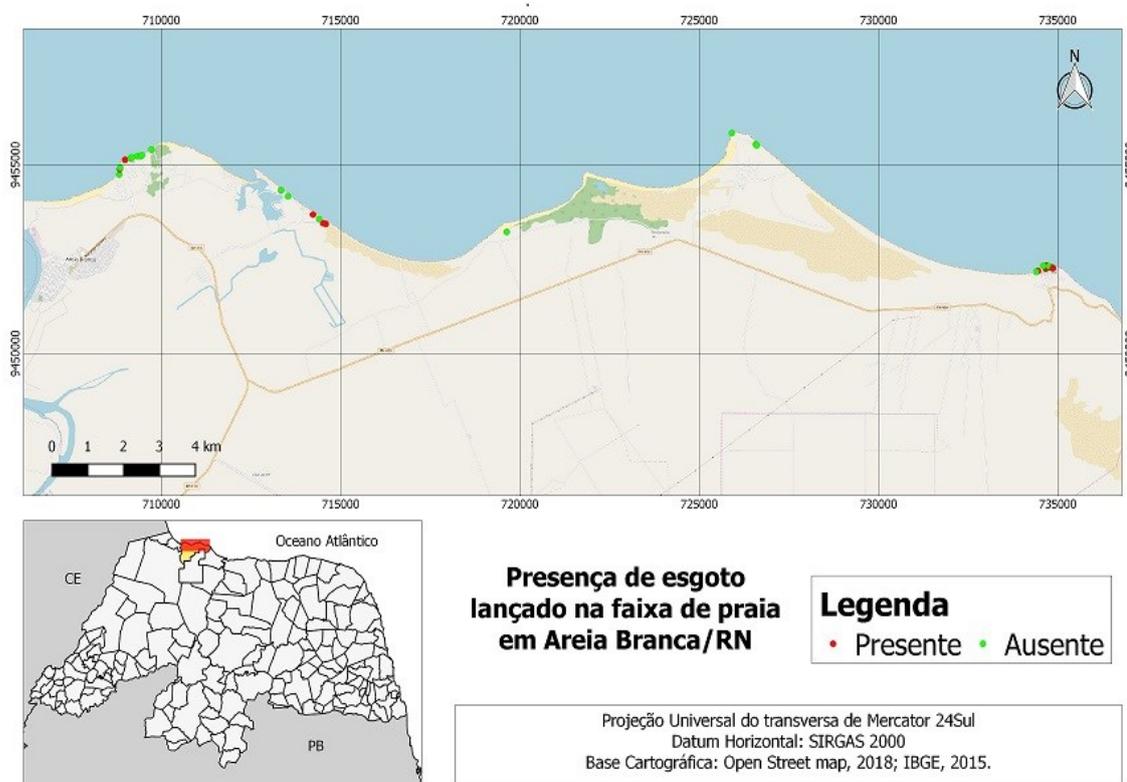
Mapa 05 - Construções abandonadas/irregulares

Cartografia: Wesley Misael Bezerra Damásio

Os pontos vermelhos mostram a quantidade de depoimentos informando a presença de construções abandonadas próximas ao entorno das empresas estudadas. Os pontos verdes pontuam a quantidade de depoimentos informando sobre a ausência ou minimização desta variável nas praias em estudo. Verifica-se, no mapa, que há uma distribuição equilibrada ao longo das praias, contudo, acentuada em Baixa Grande e Ponta do Mel.

A problemática do esgotamento sanitário foi uma das questões mais relevantes do estudo. A realidade observada demonstra que, na percepção dos empreendedores locais, há esgoto a céu aberto ao longo da orla (37,5%); existe esgoto lançado na faixa de praia (28,1%) e não há sistema para tratamento de esgoto (84,4%). Embora os dois primeiros percentuais apresentados estejam no limite inferior a 50%, duas ressalvas podem ser colocadas: 1. Nem todos os empresários estavam em áreas predominantemente mais degradadas; 2. Há, então, uma distribuição espacial assimétrica desses impactos, sendo algumas barracas de praia e pousadas localizadas em áreas quase desertas do ponto de vista da expansão econômica dos serviços turísticos.

O Mapa 06 abaixo espacializa os dados do check-list e mostra que, neste caso, há uma distribuição irregular desses impactos sobre o litoral do município. Baixa Grande e Ponta do Mel apresentam, segundo os depoimentos dos empreendedores, maior existência de esgoto lançado diretamente na faixa de praia.



Mapa 06 - Presença de Esgoto na Faixa de Praia

Cartografia: Wesley Misael Bezerra Damásio

Destaca-se a presença do dano ambiental nos trechos das praias de Baixa Grande e Ponta do Mel. Em Upanema o foco foi menor, apesar da maior concentração de empreendimentos. Tal fato pode ser justificado pela proximidade com a zona urbana do município, pelo abastecimento de água pela CAERN e pela maior existência de residências neste trecho de praia.

Novamente destacando as palavras do representante do poder público municipal, não há saneamento básico na faixa de praia, restando aos empreendedores o uso de fossas sépticas ou, em alguns casos, o depósito *in natura* das águas servidas na natureza. Para Madeiros (2018), a ausência de saneamento básico no município de Areia Branca contribui para o surgimento da desigualdade ambiental. Segundo afirma, percebe-se que o município de Areia Branca está com *déficit* no que diz respeito ao saneamento básico. Quanto ao esgotamento sanitário do município, verifica-se que este não possui sistema de esgotamento em operação, tendo a população do município utilizado, como maneira alternativa para escoamento de seus dejetos e águas servidas [...] quando presentes na infraestrutura de seus domicílios, fossas sépticas e sumidouros (Prefeitura de Areia Branca, 2017 apud Madeiros, 2018, p. 78).

Um dos principais problemas de Areia Branca, quanto ao esgotamento sanitário, é que o município não possui infraestrutura básica para tal serviço. Na zona urbana, a população encaminha seu esgoto tanto para uma estrutura de rede pública existente quanto para fossas, mas que não possuem tratamento e destinação correta. Enquanto que a zona rural, quando não destinado às fossas dos domicílios, o esgoto é despejado nas vias públicas a céu aberto (Madeiros, 2018, p. 103).

Sobre a existência de banheiros nos estabelecimentos, apenas um declarou não possuir, funcionando de forma improvisada através do esgotamento por vala. Os demais possuem banheiros, embora não exista área saneada na faixa de praia. As fossas sépticas estavam presentes em 90,6% dos estabelecimentos comerciais analisados.

Pôde-se perceber que os empreendedores não visualizam fiscalização por parte da vigilância sanitária (65,6%). De fato, algumas barracas de praia funcionam de forma extremamente precária, tendo banheiros improvisados e sem o devido cuidado ambiental. Uma das barracas, por exemplo, sequer tinha banheiro com aparelho sanitário. Funcionava com uma caixa de areia, cuja função é reter os fluídos de forma mecânica.

Este problema do esgotamento sanitário deságua na questão do abastecimento público de água. Repetimos, mais uma vez, que não há abastecimento pleno de água por parte da CAERN na faixa de praia. Em apenas 31,2% dos empreendimentos analisados há fornecimento de água por parte da Companhia Estadual de Águas e Esgoto do RN, estes localizados na praia de Upanema, por se tratar de um trecho vizinho a parte urbana do município. Exceto Upanema, as demais praias contam com o abastecimento de água via carros-pipa ou poços artesianos. Novamente destacando o recente estudo técnico realizado por Madeiros (2018, p. 100),

Para a variável abastecimento de água, a média apresentada foi de 0,272, apresentando um desvio padrão de 0,120. Sendo assim, e confrontando um dos

principais princípios do saneamento básico, percebe-se que o serviço de abastecimento de água no município está distante da universalização.

Portanto, “apenas 14,70 % da população de Areia Branca possui um abastecimento de água considerado médio nos parâmetros do PNUD para IDH” (Madeiros, 2018, p. 101).

Há, conforme relato do representante da Prefeitura, um projeto visando abastecer as comunidades litorâneas através de adutoras, mas ainda não efetivado.

Tá em andamento um projeto grandioso solicitado pela nova gestão, que é uma adutora que vai ser instalada na comunidade de São Cristóvão e vai beneficiar tanto São Cristóvão como a comunidade de Ponta do Mel, comunidade de Redonda, comunidade de Morro Pintado e comunidade de São José para levar água encanada pra todo esse povo. O projeto já está pronto, já está em andamento, em tramitação, e a prefeita está buscando recursos para trazer mais essa conquista para Areia Branca (Entrevista Poder Público, 2018).

Destarte, conforme os dados acima e um relato do poder público citado anteriormente, os empreendimentos não atendidos pela CAERN terminam utilizando ou carros-pipa ou, em alguns casos, poços artesianos como forma de canalização de água.

Acerca do papel do poder público municipal na mitigação desses impactos, foi informado que:

... algumas secretarias e gerências se juntaram para pensar num projeto de conscientização desses donos de bares, restaurantes, pousadas e hotéis da faixa de praia, junto como o projeto cetáceo da Costa Branca, que são grandes parceiros. Então estamos bolando projetos pra conversar e conscientizar os empresários da faixa de praia, porque a equipe de limpeza não dá conta de limpar sozinha [...] Sempre tem ações ambientais na praia conscientizando banhistas, moradores, turistas... Na semana de emancipação da cidade, a gente fixou, junto com o projeto cetáceo, alguns pôsteres em cada restaurante e bar de toda faixa de praia, sobre a questão do plástico nos oceanos, pedindo essa conscientização, e colocamos até umas imagens bem chocantes nos pôsteres pra chamar atenção, como tartarugas e outros animais marinhos que acabam vindo a óbito por conta desses plásticos que são jogados na faixa de praia e acabam entrando no mar. Então estamos sempre batendo na tecla e conscientizando. Sempre que possível a gente faz uma atividade de conscientização ambiental na praia, coletamos lixos, fazemos campanha de coleta de lixo na praia... (Entrevista poder público, 2018).

Como síntese do observado e das entrevistas com os empreendedores locais, percebe-se que:

- Os impactos ambientais decorrentes dos serviços de bares, restaurantes e meios de hospedagem em Areia Branca ainda são pontuais, caso se realize uma análise comparativa com destinos turísticos consolidados;
- Muitos desses impactos decorrem mais da falta de infraestrutura básica do que da ação premeditada dos empreendedores;
- O fluxo de visitantes é limitado, o que contribui para a minimização de maiores impactos;
- Ainda, vale destacar que, mesmo com a ausência da massificação de visitantes, já existe no litoral de Areia Branca um quadro socioambiental

que requer atenção. Não há estrutura mínima para uma possível expansão de serviços turísticos na orla;

- Essa estrutura mínima se refere a abastecimento público de água, saneamento ou mesmo fiscalização sanitária regular, aspectos basilares de uma economia de serviços baseada na venda de hospedagem, alimentos e bebidas;
- Há uma distribuição espacial assimétrica dos impactos ambientais decorrentes das atividades terciárias presentes na orla, isto é, as praias mais ocupadas nos finais de semana, devido a massificação do uso e da ausência de sistemas de gestão ambiental nas empresas (bares, restaurantes e meios de hospedagem), terminam por imprimir no espaço local maiores impactos;
- As maiores empresas apresentaram melhores condições ambientais. Não significa dizer que empresas de médio porte são ambientalmente responsáveis e as familiares não são. Não se trata disso. Mas, na orla investigada, foi percebido que há empresas familiares extremamente amadoras, algumas das quais com péssimas condições de higiene básica, justamente pela ausência de água encanada, saneamento básico e o mínimo de estrutura física;
- Esse amadorismo termina, diante do quadro vislumbrado, tornando a cidade pouco atrativa aos olhos dos visitantes.

No geral, do ponto de vista geográfico, temos mais um exemplo de cidade litorânea nordestina fortemente influenciada pelos discursos do turismo como 'salvação da lavoura' mas que não tem condições de suportar ambientalmente a expansão da atividade. Impera no território areia-branquense, pois, uma lógica territorial mercantil amadora, decorrente de empresas familiares, e a ação dispersa do poder público em regular e gerir questões ambientais básicas de seu litoral. Nesse sentido, a produção do espaço do terciário na cidade, embora seja pensada a partir de uma lógica global de reprodução de um turismo moderno, termina sendo mais a reprodução socioespacial de desigualdades locais, já preexistentes no território em sua forma-conteúdo.

6 Considerações Finais

Esta pesquisa se lançou ao desafio de entender o turismo como um fator que, tanto pode desencadear o desenvolvimento sob um viés qualitativo, quanto pode ser um instrumento de reprodução de desigualdades preexistentes no território, sendo neste caso impactante em termos de conflitos indesejáveis.

Destacamos a importância de se entender que o desenvolvimento não é apenas a expansão racional da lógica econômica sobre os territórios. Implica muito mais questões, principalmente o elemento humano tomado em sentido amplo. O meio ambiente, neste caso, assume certo protagonismo, uma vez que passa a ditar certos aspectos da qualidade de vida nas cidades, dentre elas, as litorâneas. É preciso observar como o turismo se efetivou no Rio Grande do Norte e de que maneira as políticas públicas têm, no estado,

promovido um turismo focado na sua capital, Natal. Deste modo, o restante do RN, com algumas pontuais exceções, termina não experimentando a dinâmica do turismo, o que faz com que muitos municípios ávidos por crescimento e “desenvolvimento” busquem no turismo uma salvação para algumas de suas limitações. Em Areia Branca não seria diferente. Desde o início deste recente século a cidade busca, pelo menos no discurso, que o turismo seja uma atividade complementar a sua dinâmica econômica, marcada pelas atividades do petróleo, sal, carcinicultura e recentemente parques eólicos.

Diante disso, este estudo mostrou, através de um check-list ambiental, que as variáveis investigadas (lixo, construções irregulares, abastecimento de água e gestão do esgoto) demonstraram que mesmo a tímida expansão de um terciário pretenso ao turismo já desencadeia alguns impactos sobre o litoral areia-branquense. Pelo fato de não existir uma demanda intensa por tais serviços de hospedagem e alimentação, os impactos são menores, contudo, não menos desprezíveis do ponto de vista socioambiental. Ainda demonstramos como os 32 empresários estudados percebem esta questão ambiental. Para eles, os impactos existem e o poder público é responsável por uma parte desses, tendo em vista que na faixa de praia não urbana não há abastecimento encanado de água (exceto a praia de Upanema), não há saneamento básico referente a coleta e tratamento de esgoto e a gestão dos resíduos sólidos termina sendo pontual e improvisada em um aterro a céu aberto.

Acerca da relação entre turismo, desenvolvimento e qualidade ambiental, é perceptível que a cidade de Areia Branca não está preparada para um maior fluxo de visitantes, tendo em vista a forma como os agentes produtores do espaço se articulam e interagem, sua base territorial preexistente e a falta de infraestrutura básica. O avançar de um maior fluxo de turistas apenas intensificaria os impactos já apontados e o tão desejado desenvolvimento não passaria de uma fantasia promotora de mais desigualdades impostas ao território.

Destarte, esses impactos, especificamente neste estudo, são menores em virtude da delimitação do recorte espacial da pesquisa, visto se tratar de pequenos trechos litorâneos que contam com oferta de bares, pousadas e restaurantes. Contudo, vale lembrar que “Areia Branca está localizada próxima ao estuário do rio Apodi-Mossoró, ambiente que naturalmente possui ecossistema de mangue. Esse ecossistema vem sendo bastante degradado devido a uma das atividades econômicas mais atuantes no estado, que são as salinas” (MADEIROS, 2018). Assim sendo, as condições socioambientais do município são muito maiores (e complexas) do que o pequeno recorte espacial aqui delimitado.

Referências

AZEVEDO, M. B. A. de; Lima, A. C. A. de; Nobre, M. F. (2012). *Identificação de impactos ambientais associados à atividade turística nas praias de Baixa Grande e Morro Pintado, município de Areia Branca-RN*. Revista Turismo: Estudos e Práticas - UERN, Mossoró/RN, vol. 1, n. 1, p. 53- 74. Disponível em:

<<http://periodicos.uern.br/index.php/turismo/article/viewFile/245/152>>. Acesso em: 18 abr. 2017.

BEZERRA, José Fernando Rodrigues. et al. (2004). *Estudo do uso e ocupação do solo como condicionante aos processos erosivos no município de São Luís, Maranhão*. V Simpósio Nacional de Geomorfologia I Encontro Sul-Americano de Geomorfologia UFSM - RS, 02 a 07 de Agosto. Disponível em: <http://lsie.unb.br/ugb/sinageo/5/5/Jose%20Fernando%20Rodrigues%20Bezerra.pdf>. Acesso em: 14. Out. 2018.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2016). Brasília. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=240110>>. Acesso em: 20 mai. 2017.

BRASIL. Ministério do Turismo. (2017) *Programa de Regionalização do Turismo*. Brasília. Disponível em: < <http://www.turismo.gov.br/aceso-a-informacao/63-acoes-e-programas/4882-programa-de-regionalizacao-do-turismo.html>>. Acesso em: 17 abr 2018.

CRUZ, R. C. A. (2003). *Introdução a Geografia do Turismo*. São Paulo: Roca.

COSTA, J.H. (2010). Turismo, desenvolvimento desigual e relações de trabalho no litoral potiguar. In: Costa, J.H; Souza, M. (Org.). *Política de turismo e desenvolvimento: reflexões gerais e experiências locais*. Mossoró-RN: Fundação Vingt-Un Rosado.

CORRÊA, R. L. (2004). *O Espaço Urbano*. São Paulo: Ática. (Série Princípios).

GALINDO, I. C. L. et al. (2008). Relações solo-vegetação em áreas sob processo de desertificação no município de Jataúba, PE. *R. Bras. Ci. Solo*, 32:1283-1296. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcs/v32n3/a36v32n3.pdf>. Acesso em: 16. Out. 2018.

MADEIROS, H. M. (2018). *Saneamento básico e desigualdade ambiental no município de Areia Branca (RN)*. 150 f. Dissertação (Mestrado), Geografia, UERN.

MEDEIROS, W. D. A; Cunha, L. J. S. da; Almeida, A. C. de. (2018). *Riscos ambientais na orla costeira do município de Areia Branca (Nordeste do Brasil)*. Revista GeoInterações, Assú, v.2, n.1, p.3-16, jan./jun.

SANTOS, Milton. (1988). *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: Hucitec. Disponível em: <https://geografiamb2.files.wordpress.com/2009/03/metamorfose_do_espaco_habitado_-_milton_santos.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2017.

_____. (2006). *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. 4. ed. 2. reimpr. São Paulo: Universidade de São Paulo. Disponível em:

<<https://pt.scribd.com/doc/16391201/Santos-Milton-a-Natureza-Do-Espaco>>. Acesso em: 20 mai. 2017.

SAUER, C. (1998). A morfologia da paisagem. In: Corr A, R.L., Rosendahl, Z. (orgs.) *Paisagem, tempo e cultura*. Rio de Janeiro: Ed UERJ.

ENVIRONMENTAL QUALITY AND COASTAL ZONE: TERTIARY DYNAMICS AND ENVIRONMENTAL IMPACTS IN THE COAST OF AREIA BRANCA, RN

ABSTRACT

The city of Areia Branca-RN, city that tries minimally to explore, through tourism, its coast area composed by natural attractions, has been target of politics that view to transform it into a touristic destination of the Costa Branca region. Considering the current pretension of public and private power to make Areia Branca-RN one of the touristic destinations of the region, and the real environmental impacts that such activity tends to cause, it has emerged the problem which orientates this research: which environmental impacts, resulting from the hosting and food service offers, can be observed along the areiabranquense coast? Methodologically, the study was accomplished through bibliographical, documental and field research. The field research was accomplished through application of questionnaires with 32 entrepreneurs of the tertiary sector of Areia Branca's waterfront (hotels, inns, bars and restaurants). It was also carried out a lifting and description of touristic activities along the waterfront, through a check list of the environmental impacts observed *in loco*. Finally, it was performed an interview with the local public power. As results, it was noticed that, although touristic activity is still limited, amateur and incipient in this spatial cutting, it is possible to observe certain types of damage to the environment, mainly resulting from irregular constructions, sanitary exhaustion problems and bad management of solid residues. Such impacts are still smaller, in quantitative terms, if compared to the dynamics of consolidated touristic destination; however, it is possible to perceive the environmental inadequacy happening in the waterfront of Areia Branca, the low effectiveness of public power to supervise the area and most importantly, it reveals a perspective of space production minimally worried about the basic principles of a competitive tourism in terms of environmental quality.

Keywords: *coastal zone; waterfront; services; tourism; environmental impacts.*